

A violência que afeta diariamente as mulheres pretas



» NEUSA MARIA
Doutoranda em saúde mental, coautora do projeto Eu me protejo, integra a Frente Nacional das Mulheres com Deficiência

Quando pensamos e falamos sobre mulheres é importante saber sobre quais mulheres estamos falando, não podemos generalizar, universalizar. Em *Quarto de despejo*, Carolina Maria de Jesus abordou de forma crua e realista a discriminação de gênero e o racismo que atravessa a vida das mulheres pretas, narrando sua própria história. Sessenta e seis anos depois muitas coisas ainda precisam mudar. Raça, classe e gênero se inter cruzam e se combinam e vão gerando novas formas de opressão.

O Dia Internacional da Mulher celebra a luta por igualdade de direitos. Dessa forma, nós precisamos e devemos dar protagonismo à luta das mulheres negras. A cor é um marcador social que representa desemprego, morte e violência, ser uma mulher preta ainda hoje é ser um corpo alvo. O 8 de março é um dia muito importante para nós, mulheres, e o racismo impede que a comemoração e a importância desse dia sejam plenos. Esse impedimento vem através da invisibilidade e da dificuldade de descortinar as opressões vivenciadas pelas mulheres negras, pois precisamos de olhar interseccional sobre esse dia, já que essa luta é importante no processo de formação e integração dos nossos direitos.

Tereza de Benguela, mulher escravizada que lutou contra a escravidão, liderou por mais de duas décadas o quilombo do Quaritê. Seu nome não deve jamais ser esquecido, o seu legado nos ensina a compreender o papel das mulheres negras na construção política e social em nosso país, para que possamos refletir e assegurar que essa data seja um dia de visibilidade e celebração da vida dessas mulheres que vieram antes de nós, abrindo caminhos para que nós pudéssemos estar aqui.

No próximo 13 de maio, completam-se 138 anos da abolição da escravidão no Brasil e ainda hoje as mulheres negras têm seus corpos objetificados e perseguidos. Isso porque não foram implementadas políticas para inserir a população negra no processo pós-abolição, não foi promovido acesso à terra nem buscou-se integração. O resultado é a desigualdade e a marginalização e, principalmente, as violências que sempre atravessam os corpos das mulheres negras. Pelos dados estatísticos, não temos o que comemorar. Segundo o *Mapa da Violência*, enquanto o feminicídio contra as mulheres brancas diminui, o feminicídio contra as mulheres negras cresce. Os números tornam patentes que a violência atravessa de forma desproporcional os corpos negros, o racismo nos diz que eles estão marcados, ainda hoje, pela violência.

Para Neusa Santos, “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências complexas e expectativas alienadas”. O 8 de março não pode ignorar as mulheres negras ao universalizar a perspectiva. A questão que atravessa a nossa sociedade não pode ser

somente gênero. Nós precisamos protagonizar as mulheres negras, fortalecer suas narrativas.

No 8 de março, mulheres do mundo todo se unem para fortalecer as lutas. Por que não fortalecer a batalha de mulheres negras que até hoje lutam para sobreviver? Nessa data, temos que celebrar Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Neusa Santos, Carolina Maria de Jesus, entre outras.

Combatendo o epistemicídio, estudando teóricas negras nas universidades, afinal como dizia Elza Soares, “precisamos ter consciência de que muitas mulheres morreram para que pudéssemos ficar vivas, termos liberdades de escolher e fazer o que quisermos.” Estudar e conhecer a vida dessas mulheres é uma forma de imortalizá-las. Eu escolho ser resistência para que a questão racial não seja tratada como secundária e a força da nossa ancestralidade e luta sejam respeitadas, jogando luz para a urgente necessidade da sociedade se unir pelo fim da violência e garantia de vida das mulheres negras. Afinal, 60 milhões de mulheres no Brasil se autodeclaram negras. Não podemos esperar mais três décadas para que o IDH da população negra se iguale ao IDH da população branca.

Viemos de uma luta ancestral pela liberdade, pois como diz Conceição Evaristo: “O imaginário brasileiro pelo racismo não concebe reconhecer que as mulheres negras são intelectuais” e, por isso, nos silencia. Nós, mulheres negras, crescemos com a ideia de que temos que agradecer e, por isso, nos calamos. Usemos a nossa voz para dizer o que se cala, para comemorar o nosso dia, porque sim ele também é nosso. Para gritar que não seremos silenciadas, afinal. Portanto, como diz Sueli Carneiro: “Vai ter luta sim!”

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Ratinho será candidato do PSD



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Carlos Massa, o Ratinho Júnior, será o candidato do PSD à Presidência da República. Há duas semanas, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, reuniu, em discreto restaurante na cidade de São Paulo, os três possíveis candidatos do partido e alguns dos principais consultores para organizar a participação da legenda nas próximas eleições presidenciais. O objetivo do encontro foi destacar a necessidade de manter a unidade partidária e evitar o surgimento de eventual dissidência. O exemplo utilizado para manter a unidade foi o de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Os dois disputavam, dentro do mesmo partido, a Presidência da República. Tancredo Neves chegou lá e ganhou inteiro apoio de Ulysses, apoio verdadeiro, profundo, sem mágoas.

Desta forma, os dois participaram do poder. Tancredo Neves morreu antes de tomar posse. E Ulysses foi o poderoso presidente da Câmara dos Deputados, do MDB e da Constituinte. Frequentou as primeiras páginas dos jornais durante todo o processo de realização da Constituição. Só saiu de cena com sua morte, em outubro de 1992. O grupo de parlamentares que trabalhou contra a ditadura dos militares só iria se dividir depois da promulgação da lei da anistia. Até então, todos estiveram protegidos pela legenda do MDB.

Nessa reunião, depois de colocada a

orientação maior para preservar a unidade, cada um dos presidenciáveis do partido discursou. Os três defenderam com ênfase a unidade partidária, assumiram o compromisso de defender o candidato do partido e trabalhar para que a candidatura tenha sucesso. Ronaldo Caiado, Eduardo Leite e Carlos Massa, o Ratinho Junior, falaram na defesa intransigente da unidade partidária. Todos deverão caminhar juntos até a eleição, em outubro deste ano. Em seguida, o grupo decidiu que Carlos Massa, o Ratinho Junior, será anunciado até o final deste mês como candidato do PSD à Presidência da República. Em abril, será realizada a convenção com objetivo de transformar a candidatura em assunto nacional.

A expectativa dos coordenadores da campanha de Carlos Massa é de que o candidato tenha boa votação no Rio Grande do Sul, no Paraná e em Santa Catarina. Em São Paulo, ele vai disputar os votos com o candidato Flávio Bolsonaro. No Centro-Oeste, Ronaldo Caiado deverá trabalhar pelo candidato. No Nordeste e no Norte, o principal cabo eleitoral do atual governador do Paraná deverá ser seu pai, o Ratinho, que comanda um programa de televisão, transmitido para todo o país pelo SBT, com bons índices de audiência.

As expectativas são grandes em torno do candidato do PSD, que tem 44 anos, dois mandatos de governador no Paraná muito bem avaliados pela população e carrega ideias novas para a política e administração brasileiras. É o fato novo no cenário nacional. O candidato Flávio Bolsonaro ainda não conseguiu começar sua campanha. Ele viajou aos Estados Unidos em busca de alguma declaração a seu favor, mas retornou de mãos vazias. Ainda vai começar a andar pelo país, não montou sua chapa, nem conseguiu

identificar o homem forte da economia. É o único candidato ostensivo. Vai enfrentar pesado fogo de barragem quando começar a se movimentar. Será convidado a explicar as rachadinhas no seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a misteriosa loja de chocolates e o empréstimo conseguido no, agora famoso, BRB para comprar uma luxuosa mansão em área nobre de Brasília.

O presidente Lula, candidato eterno do PT, enfrenta dificuldades. Os escândalos do Banco Master e do INSS, que prejudicaram fortemente os aposentados em todo país, refletiram-se na Presidência da República. As pesquisas de opinião demonstram o cansaço do eleitor com as ideias e soluções propostas pelo PT, o partido que realizou severo aumento de impostos e penalizou toda a sociedade. Há um sentimento latente anti-PT, já revelado na última eleição. O eleitor esteve preso dentro do radicalismo nacional. A proposta do candidato do PSD oferece outras soluções além da confrontação entre a direita obtusa e o sindicalismo de resultados.

Mas o ano de 2026 contém ingredientes imprevisíveis. As ações aparentemente descoordenadas de Donald Trump, no comando dos Estados Unidos, estão modificando as relações entre os países, inclusive aqueles tradicionalmente aliados. É possível que o norte-americano tente influir na eleição brasileira. Daren Beattie, assessor especial de Trump, pretendia visitar Jair Bolsonaro na prisão. O governo brasileiro não permitiu. Washington já mostrou ser capaz de sequestrar o presidente da Venezuela, condenar Cuba a um terrível isolamento e bombardear sem aviso prévio o Irã. O mundo de Trump é confuso, oscila segundo seus devaneios. Imprevisível e incoerente. É preciso estar atento aos caprichos que vêm do Norte.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha//circecunha@dfadabr.com.br



A advertência de Ratzinger

Reflexão proposta por Joseph Ratzinger, ao distinguir poder de violência, oferece um dos diagnósticos mais lúcidos sobre a essência da política. Para o pensador alemão, a função primordial da política não é a simples disputa pelo poder, mas a sua submissão ao direito. Em outras palavras, não basta que o poder exista; é necessário que ele seja limitado, orientado e legitimado por normas que garantam justiça e equilíbrio social. O conceito, à primeira vista abstrato, ganha contornos dramáticos quando confrontado com a realidade contemporânea do Brasil.

Em meio a sucessivos escândalos, denúncias de corrupção, crises institucionais e conflitos entre poderes, a ideia de que o direito deve conter o poder parece cada vez mais tensionada. Em diversos episódios recentes, observa-se não a força do direito, mas a disputa pela imposição de vontades, muitas vezes travestidas de legalidade. Ratzinger foi categórico ao afirmar que o oposto do direito não é simplesmente o erro, mas a violência. Violência entendida não apenas como força física, mas como exercício do poder sem limites jurídicos, ou até contra o próprio ordenamento legal. Quando instituições passam a operar fora ou acima das regras que deveriam respeitar, instala-se um ambiente de insegurança que corrói as bases da convivência social.

História política demonstra que nenhuma sociedade consegue sustentar estabilidade duradoura quando o direito se torna relativo ou seletivo. A percepção de que leis são aplicadas de forma desigual, ou adaptadas conforme interesses momentâneos, gera desconfiança generalizada. Essa desconfiança não se limita ao campo jurídico; ela se espalha para a economia, para a política e para as relações sociais. No Brasil atual, sinais dessa erosão são visíveis.

Escândalos envolvendo desvio de recursos públicos, suspeitas de favorecimento político, questionamentos sobre decisões judiciais e tensões entre instituições criam um ambiente em que o cidadão comum passa a duvidar da efetividade do sistema legal. Quando a confiança no direito se fragiliza, abre-se espaço para a percepção de que prevalece o “direito do mais forte”, exatamente o cenário que Ratzinger advertia como sendo o caminho para a desordem.

Outro ponto central da reflexão do teólogo alemão é a relação entre liberdade e direito. Para ele, liberdade verdadeira não é ausência de regras, mas a existência de normas justas que permitam a convivência entre indivíduos. Sem direito, a liberdade degenera em anarquia; e a anarquia, por sua vez, conduz à destruição da própria liberdade.

Essa observação é particularmente relevante em tempos de polarização política e radicalização de discursos. Em diferentes esferas, cresce a tentação de relativizar normas jurídicas em nome de objetivos considerados legítimos por determinados grupos. Seja no combate à corrupção, na defesa de direitos individuais ou na disputa política, há sempre o risco de se justificar exceções que, ao se acumularem, corroem a integridade do sistema jurídico.

O filósofo político Hannah Arendt já alertava que o poder autêntico nasce do consenso e da legitimidade, enquanto a violência surge quando o poder perde essa base. A aproximação entre Arendt e Ratzinger revela um ponto comum: quando o direito deixa de ser referência estável, o poder tende a recorrer a formas mais diretas e arbitrárias de imposição. No cenário brasileiro, essa tensão se manifesta de múltiplas formas.

Há, de um lado, demandas legítimas por justiça, transparência e responsabilização. De outro, há percepções de seletividade, excesso ou instrumentalização do direito. Essa combinação gera um ambiente em que diferentes grupos passam a questionar a legitimidade das decisões institucionais, alimentando um ciclo de desconfiança.

Importante notar que a crise de confiança no direito não nasce apenas de grandes escândalos. Ela também se alimenta de pequenas distorções cotidianas, de decisões contraditórias, de práticas e discursos opostos, de morosidade processual e de desigualdades no acesso à Justiça. Somadas, essas falhas criam a sensação de que o sistema não funciona de maneira equitativa. Ratzinger também enfatizava a necessidade de uma base ética para o direito. Normas jurídicas, por si só, não são suficientes se não estiverem sustentadas por valores compartilhados pela sociedade.

Quando o direito se distancia da ética, corre o risco de se tornar instrumento de poder, e não limite ao poder. No Brasil contemporâneo, esse desafio se torna ainda mais complexo diante da diversidade social, das desigualdades econômicas e das disputas políticas intensas. Construir um consenso mínimo sobre valores fundamentais é condição necessária para que o direito possa cumprir sua função de ordenar o poder. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que nenhuma sociedade está imune a crises institucionais. A diferença entre sistemas que se fortalecem e aqueles que se degradam está na capacidade de corrigir desvios e reafirmar princípios.

Nesse sentido, a advertência de Ratzinger não deve ser lida apenas como crítica, mas como convite à reflexão. Editorialmente, o ponto central é claro: sem a primazia do direito, o poder perde legitimidade; e sem legitimidade, o poder tende a se aproximar da violência, ainda que sob formas institucionalizadas. A consequência inevitável é a erosão da liberdade, substituída por um ambiente de insegurança e arbitrariedade. Reflexão proposta pelo antigo papa não pertence apenas ao campo da teoria política ou da filosofia do direito. Ela dialoga diretamente com a realidade de sociedades que enfrentam crises de confiança em suas instituições.

A frase que foi pronunciada:

“Quando o poder não está ligado à verdade e à justiça, transforma-se em instrumento de destruição.”

Joseph Ratzinger

História de Brasília

Nós havíamos dito que o serviço de imprensa do Planalto não sabe nada a respeito do dr. João Goulart, porque todos os dias anunciava a vinda do presidente, e desmentia a notícia anterior. (Publicada em16.05.1962)